

ROGÉRIO SANCHES CUNHA

Promotor de Justiça no Estado de São Paulo
 Professor de Penal da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo,
 da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Mato Grosso e
 do CERS (Complexo de Ensino Renato Saraiva)

MANUAL DE DIREITO PENAL

PARTE GERAL

OBRA ATUALIZADA COM AS LEIS:

altera os arts. 173, 174, 175, 191, 202, 203, 292, 302, 303, 306 e 308 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro

altera o nome jurídico do art. 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para classificar como hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.

Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de aids

altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade

dá nova redação ao art. 334 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e acrescenta-lhe o art. 334-A

altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 -Estatuto da Criança e do Adolescente-, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

3ª EDIÇÃO – 2015
 REVISTA, AMPLIADA E ATUALIZADA

 EDITORA
 JusPODIVM



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Conselho Editorial: Antonio Gidi, Eduardo Viana, Dirley da Cunha Jr.,
Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar,
Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho,
Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Caetê Coelho (caete1984@gmail.com.br)

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

Copyright: Edições JusPODIVM

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

1028339

SÚMARIO

PREFÁCIO DE UM AMIGO-EDITOR A UM AMIGO-AUTOR.....	27
--	-----------

PARTE 1 - INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL

CAPÍTULO 1

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO PENAL.....	31
1. Definição.....	31
2. Direito Penal, Ciência do Direito Penal, Criminologia e Política Criminal.....	33
3. Funcionalismo.....	34
4. Categorias do Direito Penal.....	35
5. “Privatização” do Direito Penal.....	40
6. As velocidades do Direito Penal.....	41

CAPÍTULO II

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL.....	43
1. Introdução.....	43
2. Vingança Penal.....	43
2.1. Vingança divina.....	43
2.2. Vingança privada.....	43
2.3. Vingança pública.....	44
3. Direito Penal na Grécia Antiga.....	44
4. Direito Penal em Roma.....	45
5. Direito Penal Germânico.....	45
6. Direito Penal na Idade Média.....	46
7. Escolas Penais.....	46
8. História do Direito Penal Brasileiro.....	50

CAPÍTULO III

FONTES DO DIREITO PENAL	51
1. Introdução.....	51
2. Fonte material do Direito Penal.....	51
3. Fonte formal do Direito Penal.....	51
3.1. Fonte formal do Direito Penal à luz da doutrina moderna.....	52
4. Fonte informal do Direito Penal (costumes).....	54
5. Características e classificação da lei penal.....	56

CAPÍTULO IV

INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL	59
1. Introdução.....	59
2. Interpretação extensiva.....	61
3. Interpretação analógica.....	63
4. Integração da lei penal (analogia).....	64

CAPÍTULO V

TEORIA GERAL DA NORMA PENAL.....	67
1. Princípios e sua relação com o Direito Penal.....	67
2. Princípios gerais do Direito Penal.....	68
2.1. Princípios relacionados com a missão fundamental do Direito Penal...	68
2.1.1. Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos.....	68
2.1.2. Princípio da intervenção mínima	69
2.2. Princípios relacionados com o fato do agente.....	80
2.2.1. Princípio da exteriorização ou materialização do fato	80
2.2.2. Princípio da legalidade	80
2.2.3. Princípio da ofensividade ou lesividade	91
2.3. Princípios relacionados com o agente do fato.....	93
2.3.1. Princípio da responsabilidade pessoal.....	93
2.3.2. Princípio da responsabilidade subjetiva.....	94
2.3.3. Princípio da culpabilidade	95
2.3.4. Princípio da igualdade	95
2.3.5. Princípio da presunção de inocência (ou da não culpa)	96
2.4. Princípios relacionados com a pena	97
2.4.1. Princípio da dignidade da pessoa humana	97
2.4.2. Princípio da individualização da pena	98

2.4.3. Princípio da proporcionalidade.....	98
2.4.4. Princípio da personalidade.....	98
2.4.5. Princípio da vedação do "bis in idem"	98

CAPÍTULO VI

EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO 101

1. Introdução.....	101
2. Tempo do crime	101
3. Sucessão de leis no tempo	102
3.1. Sucessão de lei incriminadora.....	103
3.2. Novatio legis in pejus	103
3.3. Abolitio criminis.....	104
3.4. Novatio legis in melius.....	105
3.5. Princípio da continuidade normativo-típica.....	109
4. Lei temporária e lei excepcional.....	110
4.1. Constitucionalidade das leis temporárias e excepcionais	111
5. Lei penal no tempo: questões complementares	112
5.1. Retroatividade da jurisprudência	112
5.2. Retroatividade da lei penal no caso de norma penal em branco.....	113
5.3. Lei intermediária.....	114

CAPÍTULO VII

EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO..... 117

1. Princípios aplicáveis e territorialidade	117
2. Lugar do crime	120
3. Extraterritorialidade	121
4. Pena cumprida no estrangeiro.	124

CAPÍTULO VIII

EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS 125

1. Introdução.....	125
2. Imunidades diplomáticas	125
3. Imunidades parlamentares	127
3.1. Imunidade parlamentar absoluta (freedom of speech).....	127
3.2. Imunidade parlamentar relativa.....	129
3.2.1. Relativa ao foro	129

3.2.2. Relativa à prisão.....	130
3.2.3. Relativa ao processo.	132
3.2.4. Relativa à condição de testemunha.	132
3.3. Imunidades parlamentares e o estado de sítio	133
3.4. Imunidades do parlamentar licenciado.....	133
3.5. Imunidades dos deputados estaduais	133
3.6. Imunidades dos vereadores	134
3.7. Foro por prerrogativa de função x Tribunal do Júri.....	135

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS 137

1. Eficácia da sentença estrangeira	137
2. Contagem do prazo.....	138
3. Frações não computáveis da pena.....	139
4. Conflito aparente de normas.....	139
4.1. Especialidade (lex specialis derogat legi generali)	140
4.2. Subsidiariedade (lex primaria derogat legi subsidiariae)	141
4.3. Consunção (lex consumens derogat legi consumptae).....	142

PARTE 2 – TEORIA GERAL DO CRIME

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DO CRIME..... 147

1. Introdução.....	147
2. Infração penal, crime, delito e contravenção penal.....	148
3. Diferenças entre crime e contravenção penal	149
3.1. Quanto à pena privativa de liberdade imposta.....	149
3.2. Quanto à espécie de ação penal	149
3.3. Quanto à admissibilidade da tentativa	149
3.4. Quanto à extraterritorialidade da lei penal brasileira	149
3.5. Quanto à competência para processar e julgar	150
3.6. Quanto ao limite das penas	150
3.7. Quanto ao período de prova do sursis.....	150
3.8. Quanto ao cabimento de prisão preventiva e temporária.....	150

3.9. Quanto à possibilidade confisco	150
4. Sujeitos (ativo e passivo) do crime.....	151
5. Objetos (material e jurídico) do crime material.....	157
6. Classificação doutrinária de crimes	159
6.1. Crime material, formal e de mera conduta	160
6.2. Crime comum, próprio e de mão própria.....	160
6.3. Crime doloso, culposo e preterdoloso	161
6.4. Crime instantâneo, permanente e instantâneo de efeitos permanentes.....	161
6.5. Crime consumado e tentado.....	162
6.6. Crime de dano e de perigo	162
6.7. Crime simples, complexo, qualificado e privilegiado.....	162
6.8. Crime plurissubjetivo e unissubjetivo.....	163
6.9. Crime comissivo e omissivo.....	164
6.10. Crime unissubsistente e plurissubsistente	164
6.11. Crime habitual.....	165
6.12. Outras classificações	165
7. Substratos do crime	172

CAPÍTULO II

FATO TÍPICO	173
1. Introdução.....	173
2. Conduta.....	173
2.1. Teoria Causalista	174
2.2. Teoria Neokantista.....	176
2.3. Teoria Finalista.....	179
2.4. Teoria social da ação.....	181
2.5. Teorias funcionalistas	182
2.5.1. Funcionalismo Teleológico, Dualista, Moderado ou da Política Criminal	182
2.5.2. Funcionalismo Radical, Sistemico ou Monista	183
2.6. Teoria da ação significativa	186
2.7. Características e elementos da conduta	187
2.8. Causas de exclusão da conduta.....	187
2.8.1. Caso Fortuito ou de Força Maior	187

2.8.2. Involuntariedade	188
2.8.3. Coação física irresistível (vis absoluta).....	189
2.9. Formas de conduta.....	189
2.9.1. Quanto à voluntariedade do agente	189
2.9.2. Erro de tipo	206
2.9.3. Quanto ao modo de execução	217
3. Resultado.....	224
4. Nexo causal	228
4.1. Conceito.....	228
4.2. Concausas	230
4.3. A teoria da imputação objetiva.....	234
4.3.1. Criação ou incremento de um risco proibido	236
4.3.2. Realização do risco no resultado.....	237
4.3.3. Resultado se encontra dentro do alcance do tipo	238
4.4. Causalidade nos crimes omissivos.....	239
5. Tipicidade penal.....	240
5.1. Evolução da tipicidade penal	240
5.2. Tipicidade conglobante	241
5.3. Espécies de tipicidade formal	243
5.4. Tipo penal: elementos	244
5.5. Tipo penal: modalidades	245

CAPÍTULO III

ILICITUDE	247
1. Conceito	247
2. Relação entre tipicidade e ilicitude	248
3. Causas excludentes da ilicitude (descriminantes ou justificantes)	250
3.1. Estado de necessidade.....	251
3.1.1. Requisitos do estado de necessidade	252
3.1.2. Estado de necessidade e erro na execução.....	257
3.2. Legítima defesa	257
3.2.1. Requisitos da legítima defesa.....	257
3.2.2. Legítima defesa e erro na execução	261
3.3. Estricto cumprimento de um dever legal.....	262
3.4. Exercício regular de um direito.....	263
3.4.1. A problemática dos “ofendículos”	264

3.5. Consentimento do ofendido	265
4. Excesso nas justificantes	267
5. Descriminante putativa.....	269

CAPÍTULO IV

CULPABILIDADE 271

1. Conceito	271
2. Teorias da culpabilidade	273
2.1. Teoria psicológica da culpabilidade	273
2.2. Teoria psicológica normativa.....	273
2.3. Teoria normativa pura da culpabilidade (ou extremada da culpabilidade)	273
2.4. Teoria limitada da culpabilidade.....	274
2.5. Teoria da coculpabilidade.....	275
3. A culpabilidade do autor x culpabilidade do fato	275
4. Culpabilidade formal e material.....	276
5. Elementos da culpabilidade.....	277
5.1. Imputabilidade	277
5.1.1. Causas de imputabilidade	278
5.1.2. A imputabilidade do índio não integrado.....	284
5.1.3. A emoção e paixão	285
5.1.4. A constatação da imputabilidade	285
5.2. Potencial consciência da ilicitude	286
5.2.1. Erro de proibição	287
5.3. Exigibilidade de conduta.....	290
5.3.1. Coação irresistível.....	291
5.3.2. Obediência hierárquica.....	292
5.3.1. Dirimentes supralegais.....	295
5.4. Síntese das causas legais de exclusão da culpabilidade	296

CAPÍTULO V

PUNIBILIDADE 297

1. Conceito	297
2. Causas de extinção da punibilidade	298
2.1. Morte do agente	300
2.2. Anistia, graça e indulto	301
2.2.1. Anistia, graça e indulto e os crimes hediondos e equiparados ..	302

2.3. “Abolitio criminis”	304
2.4. Decadência.....	304
2.5. Perempção.....	306
2.6. Prescrição.....	306
2.6.1. Conceito	306
2.6.2. Hipóteses de imprescritibilidade	307
2.6.3. Prescrição: fundamentos.....	308
2.6.4. Prescrição: espécies.....	308
2.6.5. Prescrição e atos infracionais.....	325
2.6.6. A prescrição da pena de multa	325
2.6.7. A redução dos prazos prescricionais	326
2.7. Renúncia ao direito de agir	327
2.8. Perdão (aceito) do ofendido.....	328
2.9. Retratação do agressor.....	329
2.10. Perdão judicial	329

CAPÍTULO VI

“ITER CRIMINIS”	333
1. Introdução.....	333
2. Fases do crime.....	333
2.1. Cogitação	333
2.2. Atos preparatórios.....	334
2.3. Atos executórios.....	334
2.4. Consumação	336
3. Crime consumado	336
4. Da tentativa.....	338
4.1. Infrações penais que não admitem tentativa.....	341
5. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	343
5.1. Desistência voluntária	345
5.2. Arrependimento eficaz.....	347
6. Arrependimento posterior	348
6.1. Situações especiais de reparação do dano ou restituição da coisa	350
7. Crime impossível	353

CAPÍTULO VII

CONCURSO DE PESSOAS NA PRÁTICA DE CRIMES.....	357
1. Introdução.....	357

2. Conceito	357
3. Requisitos.....	358
4. Formas de praticar o crime quanto ao sujeito.....	360
4.1. Autoria.....	360
4.2. Autoria mediata.....	363
4.3. Autoria colateral.....	366
4.4. Multidão delinquente.....	367
4.5. Coautoria	368
4.6. Participação	369
4.6.1. Participação em cadeia e participação sucessiva	371
4.6.2. Participação negativa.....	372
5. Concurso de pessoas em crimes culposos.....	372
6. Concursos nos crimes omissivos.....	372
7. Punibilidade no concurso de pessoas.....	374
8. Participação de menor importância.....	375
9. Participação dolosamente distinta.....	376
10. Comunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares.....	377
11. Participação impunível	379

PARTE 3

TEORIA GERAL DA PENA	381
-----------------------------------	------------

CAPÍTULO I

CONCEITO E FUNDAMENTOS DE PENA	383
---	------------

1. Introdução.....	383
2. Finalidades (ou funções) da pena.....	383
2.1. Finalidade da pena no Brasil.....	384
3. Justiça restaurativa	386
4. Princípios informadores da pena	386
5. Penas proibidas no Brasil	393
6. Penas permitidas no Brasil.....	395

CAPÍTULO II

APLICAÇÃO DA PENA.....	399
-------------------------------	------------

1. Introdução.....	400
2. Fixação da pena privativa de liberdade.....	400
3. Primeira fase de aplicação da pena	401

3.1.	Culpabilidade do agente.....	403
3.2.	Antecedentes do agente	403
3.3.	Conduta social do agente	405
3.4.	Personalidade do agente	405
3.5.	Motivos do crime.....	405
3.6.	Circunstâncias do crime.....	405
3.7.	Consequências do crime.....	406
3.8.	Comportamento da vítima	406
4.	Segunda fase de aplicação da pena.....	406
4.1.	Das agravantes.....	407
4.1.1.	Reincidência (art. 61, I).....	409
4.1.2.	Motivo fútil ou torpe (art. 61, II, “a”).....	414
4.1.3.	Crime cometido para facilitar ou assegurar a execução ou ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (art. 61, II, “b”).....	414
4.1.4.	Crime cometido com traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (art. 61, II, “c”).....	415
4.1.5.	Crime praticado com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, de o que possa resultar perigo comum (art. 61, II, “d”).....	415
4.1.6.	Crime praticado contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge (art. 61, II, “e”).....	416
4.1.7.	Crime praticado com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade ou com violência contra a mulher, na forma da lei específica (art. 61, II, “f”).....	416
4.1.8.	Crime praticado com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (art. 61, II, “g”).....	417
4.1.9.	Crime praticado contra criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida (art. 61, II, “h”).....	417
4.1.10.	Crime praticado quando o ofendido estava sob imediata proteção da autoridade (art. 61, II, “i”).....	418
4.1.11.	Crime praticado em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública ou desgraça particular do ofendido (art. 61, II, “j”).....	419
4.1.12.	Crime praticado em estado de embriaguez preordenada (art. 61, II, “l”).....	419

4.1.13. Agravantes nos crimes praticados por duas ou mais pessoas (art. 62).....	419
4.2. Das atenuantes	420
4.2.1. Menoridade (art. 65, I, 1ª parte).....	421
4.2.2. Senilidade (art. 65, I, 2ª parte).....	422
4.2.3. O desconhecimento da lei (art. 65, II)	422
4.2.4. Motivo de relevante valor moral ou social (art. 65, III, “a”)	423
4.2.5. Procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento reparado o dano (art. 65, III, “b”)	423
4.2.6. Cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima (art. 65, III, “c”)	424
4.2.7. Confessado espontaneamente perante a autoridade, a autoria do crime (art. 65, III, “d”)	424
4.2.8. Cabe a atenuante quando a confissão é qualificada (ou somente quando simples)?.....	425
4.2.9. Cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou (art. 65, III, “e”)	426
4.2.10. Circunstâncias atenuantes inominadas (art. 66).....	426
5. Terceira fase de aplicação da pena.....	427
5.1. Concurso (homogêneo) de causas de aumento.....	429
5.2. Concurso (homogêneo) de causas de diminuição.....	429
5.3. Concurso (heterogêneo) de causas de aumento e de diminuição	430
6. Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade	430
6.1. Regime fechado	431
6.2. Regime semiaberto.....	432
6.3. Regime aberto	433
6.4. Pena de reclusão	433
6.5. Pena de detenção.....	435
6.6. Pena de prisão simples	435
6.7. Regime de cumprimento de pena do índio	435
6.8. Regime especial para o cumprimento de pena pela mulher.....	436
6.9. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena e detração	436
7. Penas e medidas alternativas à prisão	437
7.1. As penas restritivas de direitos	438

7.1.1.	Introdução.....	438
7.1.2.	Restritivas de direitos: espécies	439
7.1.3.	Restritivas de direitos: características	443
7.1.4.	Restritivas de direitos: requisitos	444
7.1.5.	Penas restritivas de direitos x crimes hediondos (ou equiparados)	445
7.1.6.	Penas restritivas de direitos x delitos de ameaça, lesão corporal leve e constrangimento ilegal.....	446
7.1.7.	Penas restritivas de direitos x crime de roubo	446
7.1.8.	Penas restritivas de direitos x crimes militares.....	447
7.1.9.	Restritivas de direitos: regras da substituição	447
7.1.10.	Restritivas de direitos: conversão	447
7.2.	A pena de multa.....	449
7.2.1.	Introdução.....	449
7.2.2.	Aplicação da pena de multa.....	450
7.2.3.	Pagamento (voluntário) da multa.....	451
7.2.4.	Não pagamento da pena de multa	452
7.2.5.	Causas de suspensão e interrupção da prescrição da pena de multa	453
7.2.6.	Cumulação de penas de multa.....	454
7.2.7.	A multa e a Lei Maria da Penha.....	454
7.2.8.	Pena de multa e prestação pecuniária: distinções.....	455
7.3.	A suspensão condicional da pena (“sursis”).....	455
7.3.1.	Conceito e natureza jurídica.....	455
7.3.2.	Sistemas	456
7.3.3.	Espécies, requisitos e condições.....	457
7.3.4.	Revogação.....	459
7.3.5.	Cassação	461
7.3.6.	Prorrogação.....	461
7.3.7.	Extinção	462
7.4.	Livramento condicional	463
7.4.1.	Conceito e natureza jurídica.....	463
7.4.2.	Requisitos.....	464
7.4.3.	Condições	467
7.4.4.	Concessão e execução	468
7.4.5.	Revogação.....	469
7.4.6.	Prorrogação.....	471
7.4.7.	Extinção	472

CAPÍTULO III

CONCURSO DE CRIMES.....	473
1. Conceito	473
2. Sistemas de aplicação da pena para o concurso de crimes.....	474
3. Concurso material.....	474
3.1. Condenação a penas de reclusão e detenção	475
3.2. Condenação a pena privativa de liberdade e restritiva de direitos	475
3.3. Concurso material e penas restritivas de direitos	475
4. Concurso formal	476
5. Continuidade delitiva	478
5.1. Crime continuado genérico ou comum	479
5.2. Crime continuado específico.....	482
6. Questões complementares	484
6.1. Concurso de crimes e prescrição.....	484
6.2. Concurso de crimes e suspensão condicional do processo.....	484
6.3. Concurso de crimes e pena de multa	485
6.4. Concurso de crimes e Juizados Especiais Criminais	485
6.5. Concurso de crimes e Lei nº 12.403/2011	486
6.6. Concurso de crimes na execução penal	486

CAPÍTULO IV

DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	487
1. Conceito, fundamentos e finalidade das medidas de segurança	487
2. Princípios informadores das medidas de segurança	488
3. Espécies de medida de segurança.....	489
4. Pressupostos da medida de segurança.....	490
5. Aplicação das medidas de segurança	491
5.1. Duração da medida de segurança	491
5.2. Perícia médica.....	492
6. Desinternação ou liberação condicional	492
7. Reinternação do agente	493
8. Conversão da pena em medida de segurança	493
9. Internação cível.....	495
10. Extinção da punibilidade e medida de segurança	495
11. Medida de segurança provisória	497

CAPÍTULO V

EFEITOS DA CONDENÇÃO	499
1. Introdução.....	499
2. Efeitos extrapenais genéricos	499
2.1. Tornar certa a obrigação de indenizar.....	500
2.2. Confisco dos instrumentos e produtos do crime.....	500
3. Efeitos extrapenais específicos	502
3.1. Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo	502
3.1.1. Efeitos administrativos da condenação.....	502
3.1.2. Efeitos políticos da condenação.....	503
3.2. Incapacidade para o exercício do pátrio poder (poder familiar), tutela ou curatela.....	506
3.3. A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.	507
4. Efeito da condenação na legislação extravagante	507
4.1. Lei de Tortura	507
4.2. Lei de Organização Criminosa	507
4.3. Lei nº 7.716/89 – preconceito racial	508
4.4. Lei de Lavagem de Capitais.....	508
4.5. Lei de Falência	508
4.6. Lei nº 10.695 – alteração ao Código de Processo Penal.....	509

CAPÍTULO VI

REABILITAÇÃO.....	511
1. Conceito e Cabimento.....	511
1.1. Assegurar sigilo das condenações.....	511
1.2. Suspensão condicional dos efeitos extrapenais específicos da condenação (art. 92 do CP).....	512
2. Requisitos.....	513
3. Revogação.....	513
4. Competência e recurso	514
5. Reabilitação e pluralidade de condenações.....	514

CAPÍTULO VII

AÇÃO PENAL	515
1. Introdução.....	515
2. Características do direito de ação.....	515

3. Condições da ação	516
4. Classificação da ação penal.....	517
4.1. Ação penal pública incondicionada	518
4.2. Ação penal pública condicionada.....	519
4.2.1. Da representação do ofendido	519
4.2.2. Da requisição do Ministro da Justiça	522
4.3. Ação penal de iniciativa privada	524
4.3.1. Ação penal exclusivamente privada.....	524
4.3.2. Ação penal privada personalíssima.....	527
4.3.3. Ação penal privada subsidiária da pública.....	528
4.3.4. Institutos que ensejam a extinção da punibilidade nos crimes perseguidos mediante ação penal privada:.....	529
4.4. Ação penal nos crimes complexos (art. 101 do CP).....	532
4.5. Ação penal nos crimes contra a honra.....	532
4.6. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual.....	533
BIBLIOGRAFIA	537